

A Autoridade para as Condições do Trabalho e os Inquéritos de Acidente de Trabalho e Doença Profissional



Catlogação Recomendada

A Autoridade para as Condições do Trabalho e os inquéritos de acidente de trabalho e doença profissional / Autoridade para as Condições do Trabalho; coord. Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva – Lisboa: ACT, 2015 – 19; 30cm.

AUTOR

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

COORDENAÇÃO

DSAAI - Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva

COMPOSIÇÃO

DID – Divisão de Informação e Documentação

EDITOR

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

EDIÇÃO

2ª edição

Lisboa, Março de 2015

ISBN: 978-989-8076-69-4 (web pdf)

Estas orientações são emitidas pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e traduzem um exemplo de boa prática que os inspetores do trabalho atenderão na sua atividade de controlo inspetivo e de informação sobre cumprimento da lei nos locais de trabalho. As suas indicações não são obrigatórias e os seus destinatários podem tomar outras medidas para cumprir as prescrições legais.

Índice

Índice.....	2
Introdução	3
1. Delimitação de conceitos.....	3
1.1. Acidente de trabalho	4
1.2. Acidente de trajeto.....	5
1.3. Acidente de trabalho com ausência ao trabalho superior a três dias	5
1.4. Acidente de trabalho mortal	6
1.5. Acidente de trabalho que evidencie uma situação particularmente grave	6
1.5.1. Casos de lesão física grave.....	7
1.5.2. Casos que evidenciem particular gravidade na perspetiva da segurança e da saúde do trabalho	8
1.6. Doença Profissional.....	9
2. Acidentes de trabalho e de doenças profissionais objeto de ação inspetiva	10
2.1. Comunicação à ACT	10
2.2. Finalidades do inquérito de acidente de trabalho ou de doença profissional	11
2.3. Serviços da ACT destinatários da comunicação de acidentes.....	12
3. Comunicação de doenças profissionais.....	13
4. Abordagem Inspetiva Tipo em caso de Inquérito de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional.....	13
5. Informação e acesso ao inquérito de acidente de trabalho ou doença profissional	15
Referências bibliográficas	17
Resumo	18
Résumé	18
Abstract	18

Introdução

A ocorrência de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais constitui um forte indicador da existência de disfunções nos locais de trabalho e/ou nas respetivas envolventes. A informação da sua ocorrência e a elaboração do respetivo inquérito permitem à Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) direcionar melhor a sua ação de informação e de controlo no domínio da segurança e da saúde no trabalho e iniciar o processo de transformação daquele local de trabalho específico, permitindo às entidades empregadoras conhecerem melhor as necessidades de correção das medidas de controlo de riscos aplicadas nos locais de trabalho. Estas são, aliás, as razões da obrigação de o empregador comunicar à ACT a ocorrência de acidentes de trabalho mortais, bem como aqueles que evidenciem lesão física grave e do serviço com competências na área da proteção contra os riscos profissionais¹ comunicar à ACT os casos de doença profissional.

O presente guia tem, assim, duas finalidades principais: clarificar o âmbito e o objeto da obrigação do empregador de comunicar à ACT casos de acidente de trabalho e perspetivar a correspondente atividade na realização de inquéritos a realizar nesses casos e nos casos de doença profissional.

1. Delimitação de conceitos

A delimitação de alguns dos conceitos respeitantes a esta matéria, a partir das definições legais e de outras ordens normativas constitui o ponto de partida para identificar os objetivos da intervenção dos inspetores do trabalho. Com efeito, esse aspeto importa ser clarificado, para que a ação inspetiva prossiga as suas finalidades e os seus destinatários possam, progressivamente, adequar os seus próprios comportamentos e motivações.

¹ Departamento de proteção contra os riscos profissionais (DPRP), do Instituto da Segurança Social.

Compete à ACT, enquanto organismo a quem foram cometidas competências de inspeção do trabalho para controlar o cumprimento da legislação relativa à segurança e à saúde no trabalho, informar os empregadores e os trabalhadores sobre a melhor forma de a cumprir e, sempre que seja caso disso, aplicar as sanções correspondentes ao seu incumprimento. Em apoio a essas funções incumbe-lhe *a realização de inquérito em caso de acidente de trabalho mortal ou que evidencie uma situação particularmente grave*.²

A este dever da ACT corresponde a obrigação de o empregador lhe comunicar *os acidentes mortais, bem como aqueles que evidenciem lesão física grave, nas vinte e quatro horas seguintes à ocorrência*...³.

Não sendo particularmente difícil reconhecer a factualidade que situa os casos de *acidente de trabalho mortal*, já o mesmo não se pode dizer dos factos que caracterizam *uma lesão física grave*. Nestas circunstâncias importa delimitar o conjunto de conceitos associados, seja por recurso às definições legais, seja por recurso à normalização técnica internacionalmente consagrada sobre a matéria. Essa delimitação permite esclarecer o âmbito dos casos em que o empregador tem uma obrigação de os comunicar à ACT.

Finalmente esta delimitação é também relevante para que se possa percecionar o campo e o objeto da estatística dos inquéritos de acidentes de trabalho realizados pelos inspetores do trabalho que a ACT periodicamente divulga e cujos dados tratados são levados, no final de cada ano, ao relatório anual das atividades inspetivas⁴.

1.1. Acidente de trabalho

Aquele que se verifique no local e no tempo de trabalho e produza direta ou indiretamente lesão corporal, perturbação funcional ou doença de que resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte.⁵

² Lei n.º 102/2009, de 10-09, que publica o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho (RJPSST), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2014, de 28-01, artigo 14.º, n.º 2.

³ RJPSST, artigo 111.º, n.º 1.

⁴ Elaborado para cumprimento do disposto nos artigos 20.º e 21.º da Convenção n.º 81, de 1947 e dos artigos 26.º e 27.º da Convenção n.º 129, de 1969, ambas da OIT.

⁵ Regime de reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais, regulamentado pela Lei n.º 98/2009, de 04-09, artigo 8.º.

São também considerados acidentes de trabalho os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação, nos quais os trabalhadores ficam lesionados e que ocorrem por causa ou no decurso do trabalho, isto é, quando exercem uma atividade económica, ou estão a trabalhar, ou realizam tarefas para o empregador.⁶ Para a OIT, entende-se por acidente de trabalho todo o acontecimento inesperado e imprevisto, incluindo os atos de violência, derivado do trabalho ou com ele relacionado, do qual resulta uma lesão corporal, uma doença ou a morte, de um ou vários trabalhadores.⁷

1.2. Acidente de trajeto

Acidente que ocorre no trajeto normalmente utilizado pelo trabalhador, qualquer que seja a direção na qual se desloca, entre qualquer dos seus locais de trabalho no caso de ter mais de um emprego, entre o seu local de trabalho ou de formação ligado à sua atividade profissional e a sua residência principal ou secundária, o local onde toma normalmente as suas refeições, o local onde recebe normalmente o seu salário, o local onde ao trabalhador deva ser prestada qualquer forma de assistência ou tratamento por virtude de anterior acidente ou o local onde por determinação do empregador presta qualquer serviço relacionado com o seu trabalho, do qual resulte redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte.⁸

1.3. Acidente de trabalho com ausência ao trabalho superior a três dias

A Diretiva-quadro 89/391/CEE⁹ e o RJPST¹⁰ referem o conceito de *ausência superior a três dias úteis*.

Na definição deste conceito, as Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho – EEAT¹¹ apenas consideram dias inteiros de ausência ao trabalho, excluindo o dia do acidente.

⁶ “Resolução sobre as estatísticas das lesões profissionais devidas a acidentes de trabalho” adotada pela 16.ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho convocada pelo Conselho de Administração do Bureau International du Travail (BIT)/OIT, 1998.

⁷ Idem nota 6.

⁸ Lei n.º 98/2009, de 04-09, artigo 8.º.

⁹ Artigo 9.º, n.º 1, al. c).

¹⁰ Artigo 18.º, n.º 1, al. l).

Consequentemente, *ausência superior a três dias* significa *pelo menos quatro dias*, o que implica que apenas se incluem acidentes cujo regresso ao trabalho não se efetua antes do quinto dia após o dia do acidente.¹²

1.4. Acidente de trabalho mortal

O acidente é registado como mortal se a vítima morrer dentro de um certo período-limite após a lesão. Para Portugal, como em alguns outros Estados-Membros, o período-limite é de um ano após a data do acidente.¹³ Para além das comunicações dirigidas à ACT previstas na lei, os acidentes mortais devem ser notificados em todos os Estados-Membros da União Europeia (UE) para efeitos de tratamento estatístico.¹⁴

1.5. Acidente de trabalho que evidencie uma situação particularmente grave

Considera-se como *acidente (...) que evidencie uma situação particularmente grave* todo o acidente relacionado com o trabalho no qual um trabalhador ou um trabalhador independente que trabalhe em instalações alheias sofre uma lesão física grave (incluindo a lesão em consequência de violência física), que exija tratamento médico especializado em estabelecimento de saúde.

¹¹ Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho (EEAT), Metodologia, EUROSTAT, 2001.

¹² A definição de acidente de trabalho de notificação obrigatória varia, podendo abarcar qualquer acidente de trabalho, com ou sem interrupção de trabalho, até um que resulte numa ausência mínima de mais de três dias.

¹³ Decreto-Lei n.º 362/93, de 15-10, artigo 8.º (Regras relativas à informação estatística sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais) e Portaria n.º 137/94, de 08-03 (Modelo de participação de acidente de trabalho).

¹⁴ Em alguns Estados-Membros da UE (cfr. EEAT) o acidente é registado como mortal nas estatísticas se a vítima morrer no mesmo dia (Países Baixos) ou no período de 30 dias após o acidente (Alemanha). Também pode não ser estabelecido qualquer período-limite (Áustria, Bélgica, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Noruega e Suécia).

A lesão que ocasione incapacidade para o trabalho superior a três dias úteis¹⁵ não integra necessariamente a noção de acidente grave para os efeitos dos artigos 14.º n.º 2 do RJPST e artigo 10º n.º 1 al. e) do Estatuto da Inspeção-Geral do Trabalho¹⁶.

A *situação particularmente grave* pode ser identificada a partir da *gravidade da lesão* e/ou da *gravidade na perspetiva da segurança e saúde no trabalho* independentemente da produção de danos pessoais.¹⁷

A título exemplificativo, o RIDDOR do Reino Unido¹⁸ clarifica e especifica um conjunto de situações suscetíveis de serem consideradas como referencial para a ação da ACT, que se elencam nos pontos infra:

1.5.1. Casos de lesão física grave

- Qualquer fratura à exceção dos dedos das mãos ou dos pés;
- Amputação de braço, mão, dedos, perna e pé;
- Perda temporária ou permanente da visão;
- Lesão na cabeça ou no tronco que provoque danos cerebrais ou danos nos órgãos internos do peito ou abdómen;
- Qualquer queimadura (incluindo escaldão) que:
 - Atinja mais de 10% do corpo; ou
 - Provoque danos significativos nos olhos, sistema respiratório ou outros órgãos vitais;
- Qualquer grau de lesão do couro cabeludo que requeira tratamento hospitalar;
- Perda de consciência causada por lesão na cabeça ou asfixia; ou
- Qualquer outro dano resultante de trabalhos em espaço confinado que:
 - Conduza à hipotermia, à hipertermia; ou
 - À perda de consciência, que implique necessidade de reanimação.

¹⁵ RJPST, artigo 18.º, n.º 1, al. I).

¹⁶ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 102/2000, de 02-06.

¹⁷ Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29-10, artigo 24.º, n.º 1 (estaleiros de construção), Decreto-Lei n.º 116/97, de 12-05, artigo 8.º, n.º 1 (navios de pesca) e Decreto-Lei n.º 324/95, de 29-11, artigo 9.º, n.º 1 (indústrias extrativas por perfuração a céu aberto ou subterrâneas).

¹⁸ RIDDOR - *Reporting of Injuries, Diseases and Dangerous Occurrences Regulations*, 2013, Reino Unido.

1.5.2. Casos que evidenciem particular gravidade na perspetiva da segurança e da saúde do trabalho

- Colapso, reviramento ou falha dos equipamentos de elevação de cargas das peças ou acessórios de suspensão da carga;
- Explosão, colapso ou rebentamento de qualquer recipiente fechado ou das tubagens associadas;
- Contacto accidental de instalação ou equipamento com linhas elétricas aéreas;
- Curto-circuito ou sobrecarga elétrica que cause fogo ou explosão;
- Qualquer explosão involuntária, falha de tiro (em pedreiras, trabalhos de desmonte,...), falha na demolição que não cause o colapso pretendido, projeção de material para além dos limites do local;
- Libertação accidental de um agente biológico que pode causar doenças graves no ser humano;
- Falha do equipamento de radiografia industrial ou de outros equipamentos que emitam radiações, bem como falha na retoma da sua posição segura após o período pretendido de exposição;
- Mau funcionamento de aparelho de respiração quando em uso ou durante a fase de teste imediatamente antes do seu uso;
- Falha ou danificação de equipamento de mergulho, aprisionamento de um mergulhador, explosão perto de um mergulhador ou uma ascensão descontrolada;
- Colapso total ou parcial de um andaime¹⁹.
- Colapso total ou parcial de um andaime que esteja instalado perto da água se houver risco de afogamento após a queda;
- Falha em equipamento transportador, ou colisão ou descarrilamento inesperado de carros ou comboios;
- Ocorrência perigosa em poços, fossas e depósitos;
- Ocorrência perigosa em tubagens e canalizações (oleoduto, gasoduto, etc.);
- Colisão ou capotamento de camião cisterna que transporte substâncias perigosas, com ou sem libertação de substância ou incêndio;
- Incêndio ou libertação de substância perigosa transportada por estrada;

¹⁹ Consideram-se incluídas plataformas de trabalho e equipamentos ou estruturas similares.

- Colapso inesperado de edifício ou estrutura em construção, em alteração ou em demolição;
- Colapso de uma parede ou soalho de um local de trabalho;
- Explosão ou incêndio que cause a suspensão do trabalho normal por mais de 24 horas;
- Libertação repentina e descontrolada de:
 - 100 quilogramas ou mais de um líquido inflamável;
 - 10 quilogramas ou mais de um líquido inflamável acima de seu ponto de ebulição; ou
 - 10 quilogramas ou mais de um gás inflamável; ou
 - 500 quilogramas destas substâncias se a libertação ocorrer a céu aberto;
- Libertação accidental de alguma substância que cause dano à saúde.

1.6. Doença Profissional

Perturbação da saúde contraída em consequência de uma exposição, durante um dado período de tempo, a fatores de risco decorrentes de uma atividade profissional.²⁰ De acordo com a legislação nacional²¹ são doenças profissionais as constantes de lista codificada, bem como *as lesões, perturbações funcionais ou doenças não incluídas na lista (...) desde que se prove serem consequência necessária e direta da atividade exercida e não representem normal desgaste do organismo.*

Beneficiam de um estatuto equiparado ao das doenças profissionais *as lesões, perturbações funcionais ou doenças não incluídas na lista desde que sejam consequência necessária e direta da atividade exercida pelos trabalhadores e não representem normal desgaste do organismo.*²²

²⁰ “Enregistrement et déclaration des accidents du travail et des maladies professionnelles”, BIT/OIT, 1996.

²¹ Código do Trabalho, artigo 283.º, n.º 2 conjugado com a Lei n.º 98/2009, de 10-09, artigo 94.º e com o Decreto-Regulamentar n.º 76/2007, de 17-07, que altera e republica o Decreto-Regulamentar n.º 6/2001, de 05-05 (Lista das doenças profissionais).

²² Lei n.º 98/2009, de 04-09, artigo 94.º n.º 2.º.

2. Acidentes de trabalho e de doenças profissionais objeto de ação inspetiva

2.1. Comunicação à ACT

Existem algumas diferenças na exigência de comunicação de acidentes de trabalho à ACT, dependendo de alguns setores específicos de atividade. Assim:

- O empregador deve comunicar à ACT os acidentes mortais, bem como aqueles que evidenciem lesão física grave, nas vinte e quatro horas a seguir à ocorrência. A comunicação deve conter a identificação do trabalhador acidentado e a descrição dos factos, devendo ser acompanhada de informação e respetivos registos sobre os tempos de trabalho prestado pelo trabalhador nos trinta dias que antecedem o acidente.²³
- Nos estaleiros da construção o acidente de trabalho de que resulte a morte ou lesão grave de trabalhador, ou que assuma particular gravidade na perspetiva da segurança, deve ser comunicado pelo respetivo empregador à ACT (...) no mais curto prazo possível, não podendo exceder vinte e quatro horas.²⁴
- No trabalho a bordo dos navios de pesca, o armador deve comunicar à ACT, no mais curto prazo possível, os acidentes de trabalho de que resulte a morte ou lesão de trabalhadores ou que, independentemente da produção de danos pessoais, evidenciem uma situação particularmente grave para a segurança ou a saúde dos trabalhadores.²⁵
- Nas indústrias extrativas por perfuração a céu aberto ou subterrâneas, o empregador deve comunicar à ACT, no prazo de vinte e quatro horas, os acidentes

²³ Lei n.º 102/2009, de 10-09, na redação atual, artigo 111.º n.ºs 1 e 2.

²⁴ Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29-10, artigo 24.º, n.º 1.

²⁵ Decreto-Lei n.º 116/97, de 12-05, artigo 8.º, n.º 1.

de que resultem a morte ou lesão grave de trabalhadores, ou que, independentemente da produção de tais danos pessoais, evidenciem uma situação particularmente grave para a segurança ou a saúde dos trabalhadores.²⁶

Das definições referenciadas devem considerar-se excluídos do âmbito de intervenção da ACT, para além daqueles acidentes que são devidos a *forças inevitáveis da natureza e são independentes da intervenção humana*²⁷, os designados acidentes tecnológicos, isto é, aqueles cujo fator causal principal seja alheio a uma atividade de trabalho propriamente dita e, por isso, não se devam a risco criado pelas condições de trabalho. Estão neste caso, os acidentes graves que envolvam substâncias perigosas.²⁸

Os casos confirmados de doença profissional são comunicados à ACT²⁹ pelo serviço com competências na área da proteção contra os riscos profissionais.

2.2. Finalidades do inquérito de acidente de trabalho ou de doença profissional

Compete ao inspetor do trabalho proceder à realização de inquérito de acidente de trabalho mortal ou que evidencie uma situação particularmente grave ou de doença profissional que provoque lesão grave³⁰. Esta tarefa é de importância fundamental porque permite estudar as medidas suscetíveis de evitar a sua repetição, propor, fazer aplicar e acompanhar a efetivação das medidas de controlo que se demonstrem necessárias.³¹ O inquérito visa um diagnóstico do acidente de trabalho e da doença profissional que desencadeie o estudo das condições de trabalho na empresa/organização em questão e uma análise global da situação de trabalho, uma vez que, por princípio, o acidente ou a doença têm origem em múltiplas causas.

²⁶ Decreto-Lei n.º 324/95, de 29-11, artigo 9.º, n.º 1.

²⁷ Lei n.º 98/2009, de 04-09, artigo 15.º, n.º 2.

²⁸ Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12-07 (Regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas), artigo 2.º alínea a).

²⁹ Lei n.º 98/2009, de 04-09, artigo 143.º, n.º 1.

³⁰ Decreto-Lei n.º 102/2000, de 02-06, artigo 10.º, n.º 1, alínea e) e Lei n.º 102/2009, de 10-09, na redação atual, artigo 14.º n.º 2.

³¹ Recomendação n.º 20, de 1923, da OIT sobre a Inspeção do Trabalho, os “*Princípios Comuns de Inspeção do Trabalho em Relação com a Segurança e Saúde no Trabalho*” (CARIT), Lei n.º 102/2009, de 10-09, artigo 14.º e Decreto-Lei n.º 102/2000, de 02-06, artigo 10.º, n.º 1, al. e).

O inquérito deve originar o início de um acompanhamento inspetivo sistemático de uma determinada entidade empregadora pela ACT, conducente à alteração substantiva das condições de trabalho existentes. Deste modo, o inquérito deve ser um instrumento de prevenção por excelência. Na verdade, com a conclusão de um inquérito de acidente de trabalho ou de doença profissional, não termina a intervenção da ACT, devendo sim prosseguir visando garantir a efetiva transformação do local de trabalho em questão, bem como a sedimentação das práticas e dos procedimentos de segurança e saúde no trabalho que se revelem pertinentes.

Acessoriamente, a ACT pode ser solicitada a realizar *inquérito urgente e sumário* de acidente de trabalho para servir de apoio à atividade dos Tribunais de Trabalho no âmbito do papel que desempenham de garantir congruência ao sistema de reparação de danos emergentes de acidente de trabalho.

2.3. Serviços da ACT destinatários da comunicação de acidentes

A ACT dispõe de uma organização desconcentrada com serviços locais distribuídos pelo território nacional continental a partir dos quais se desenvolve a atividade operacional dos inspetores do trabalho. Nestas circunstâncias a comunicação deve ser remetida para o serviço local desconcentrado cuja área de jurisdição corresponda ao local de trabalho onde ocorreu o acidente, já que é a esse serviço que compete a elaboração do inquérito.

No caso dos acidentes de viagem, transporte ou circulação (cfr. ponto 1.1.) e de trajeto ou *in itinere* (cfr. ponto 1.2.) a elaboração do inquérito compete ao serviço desconcentrado da área de competência territorial, onde aconteceu o acidente, desde que tenha tido conhecimento no próprio dia da ocorrência. Caso contrário, a elaboração do inquérito compete ao serviço desconcentrado da área de competência territorial do estabelecimento (ou da sede se inexistirem estabelecimentos) ao qual se referenciam a atividade, o trabalho ou as tarefas que estavam a ser executadas.

Nos acidentes ocorridos em embarcação em faina, a elaboração do inquérito compete ao serviço desconcentrado da área de jurisdição correspondente ao porto onde a embarcação se encontra na data do conhecimento do acidente.

3. Comunicação de doenças profissionais

Todos os casos clínicos em que seja de presumir a existência de doenças profissionais são obrigatoriamente participados ao serviço com competências na área da proteção contra os riscos profissionais pelos médicos³² que realizem esse diagnóstico em modelo próprio³³. O diagnóstico feito pelo médico nas circunstâncias referidas designa-se de *diagnóstico presuntivo*³⁴, uma vez que o *diagnóstico definitivo*³⁵ é da exclusiva responsabilidade desse serviço.

A ACT toma conhecimento da ocorrência das doenças profissionais que tenham sido objeto de *diagnóstico definitivo pela comunicação obrigatória efetuada pelo serviço* com competências na área da proteção contra os riscos.

4. Abordagem Inspetiva Tipo em caso de Inquérito de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional

A abordagem a adotar pelo inspetor do trabalho durante uma inspeção com a finalidade de realizar um inquérito de acidente de trabalho ou doença profissional normalmente inclui:

- Um exame presencial das práticas laborais no local de trabalho, das normas/instruções em uso e das condições de trabalho, contemplando em especial:
 - A identificação da vítima e a definição das suas funções e tarefas no processo produtivo e da sua formação, habilitações e experiência;

³² Decreto-lei n.º 2/82, de 05-01, artigo 1.º.

³³ Lei n.º 98/2009, de 04-09, artigo 142.º - Modelo de Participação Obrigatória de Doença Profissional (Mod.GDP13 – DGSS).

³⁴ Lei n.º 98/2009, de 04-09, artigo 142.º.

³⁵ Lei n.º 98/2009, de 04-09, artigo 143.º.

- A identificação completa dos demais trabalhadores envolvidos e de todo o pessoal de enquadramento, bem como a definição clara das hierarquias existentes;
- A adequação e a conformidade dos meios materiais e técnicos utilizados;
- O meio envolvente em que o trabalhador sinistrado e os restantes trabalhadores desenvolvem a sua atividade (espaço de trabalho, ambiente físico, organização do trabalho, comunicação);
- A organização dos tempos de trabalho prestados pelo trabalhador nos últimos 30 dias;
- Uma entrevista da vítima, das testemunhas e do pessoal de enquadramento imediato, sempre que necessário e possível;
- Uma reunião com os representantes do empregador e dos trabalhadores para a segurança e saúde do trabalho;
- A definição de medidas adequadas, baseada nos poderes legais de que dispõe³⁶ (recomendação, auto de advertência, notificação para tomada de medidas, suspensão imediata de trabalhos, auto de notícia, comunicação de factos relevantes a quaisquer outras entidades ou autoridades públicas encarregadas de assegurar o cumprimento da lei, designadamente nos domínios da saúde pública, da proteção dos consumidores, do ambiente, da segurança contra incêndios ou do licenciamento);
- A informação do resultado da visita ao empregador ou ao seu representante incluindo uma perspetiva sobre o acompanhamento inspetivo subsequente.
- Acompanhamento inspetivo até à alteração consolidada das condições de trabalho existentes.

³⁶ Convenção n.º 81 da OIT sobre a Inspeção do Trabalho ratificada pelo Decreto-Lei n.º 44.148, de 6-01, de 1962, artigo n.ºs 13.º e 17.º e Estatuto da IGT, artigo 5.º e seguintes.

5. Informação e acesso ao inquérito de acidente de trabalho ou doença profissional

As normas que regulamentam a relação entre a administração e os particulares³⁷ preveem que estes tenham o direito de ser informados quanto aos procedimentos em que sejam diretamente interessados ou tenham interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam, bem como o acesso aos documentos administrativos no âmbito do princípio da administração aberta³⁸.

Todavia, enquanto não for proferida decisão final em sede de ACT - decisão administrativa - o relatório do inquérito não pode ser divulgado. Trata-se de uma forma de assegurar, simultaneamente, a procura da verdade material, a proteção relativamente a influências externas indevidas e a preservação da confidencialidade de eventuais fontes de denúncia e de segredos de comércio e fabrico que impende sobre os profissionais da ACT de acordo como a Convenção n.º 81 da OIT ratificada por Portugal³⁹.

Muita da informação contida no relatório diz respeito a condições/factos particulares de determinado local de trabalho, que foram recolhidos pelo inspetor, considerando a sua pertinência e utilidade para a boa resolução de situações concretas – circunstância que tende a limitar a possibilidade de utilização da informação por outros.

Após decisão final e arquivamento do processo, o acesso ao relatório de intervenção inspetiva faz ao abrigo da lei de acesso aos documentos administrativos⁴⁰. Assim, este documento é de acesso livre e generalizado, desde que expurgado de informação legalmente reservada. A referida lei, mesmo nos documentos administrativos de acesso restrito, permite a sua comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada⁴¹.

³⁷ Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07-01.

³⁸ Lei n.º 46/2007, de 24-08 (LADA), que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização.

³⁹ Convenção n.º 81 da OIT, artigo 6.º.

⁴⁰ LADA - Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto.

⁴¹ Artigo 6.º da Lei n.º 46/2007.

O expurgo de todos os elementos e informações reservadas, nos termos dos normativos mencionados, é efetuado de forma a garantir a total confidencialidade dos interlocutores e pessoas visadas com a ação inspetiva, os segredos de fabrico ou de comércio ou de processos de exploração, bem como das fontes de denúncia⁴².

⁴² Para evitar que a publicitação destes atos implique a inibição do poder inspetivo e problemas de confiança pública nesta instituição.

Referências bibliográficas

COMISSÃO EUROPEIA/DG Emprego e Assuntos Sociais (2002), *"Estatísticas Europeias de Acidentes de Trabalho (EEAT): Metodologia"*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais da Comunidade Europeia.

HSE (2013), *"A Guide to the Reporting of Injuries, Diseases and Dangerous Occurrences Regulations"*, Richmond, Surrey: HSE Books.

OIT (2006), *"Convenção 81 e 129: Convenção sobre a inspeção do trabalho C 81 e Convenção sobre a inspeção do trabalho na agricultura C 129"*. Lisboa: IGT e Escritório da OIT em Lisboa.

OIT (1996), *"Enregistrement et déclaration des accidents du travail et des maladies professionnelles"*. Genebra: BIT/OIT.

RICHTHOFEN, Wolfgang von (2006), *"Inspeção do Trabalho - Um Guia da Profissão"*. Coimbra: Coimbra Editora.

Resumo

A ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais constituem fortes indicadores da existência de disfunções nos locais de trabalho. A investigação dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais permite à ACT a produção de conhecimento fundamental para direccionar a ação de informação e controlo no domínio da segurança e saúde no trabalho e aos empregadores a correção das medidas de prevenção que permitam evitar acidentes futuros. Nestas orientações práticas estabelecem-se os acidentes que os empregadores devem comunicar à ACT, face à legislação geral e setorial aplicável. Apresentam-se, ainda, a abordagem inspetiva a assumir pelos profissionais da ACT e a informação possível de aceder no âmbito do inquérito de acidente de trabalho e de doença profissional.

Résumé

La survenance d'accidents du travail et de maladies professionnelles constitue un indicateur fort de l'existence de dysfonctionnements sur les lieux de travail. L'investigation sur les accidents du travail et les maladies professionnelles permet à l'ACT l'acquisition de connaissances fondamentales pour diriger l'action d'information et de contrôle dans le domaine de la sécurité et de la santé au travail et aux employeurs la correction des mesures de prévention permettant d'éviter de futurs accidents. Ces orientations pratiques établissent quels accidents du travail doivent être communiqués par les employeurs à l'ACT, face à la législation générale et sectorielle. Elles présentent également l'approche du contrôle à adopter par les professionnels de l'ACT et l'information à laquelle il est possible d'accéder dans le cadre de l'enquête sur les accidents du travail et les maladies professionnelles.

Abstract

The occurrence of work accidents and occupational diseases is a strong indicator of the existence of dysfunctions in the workplace. The investigation of work accidents and occupational diseases enables ACT to produce fundamental knowledge that allows directing actions of information and control in the field of safety and health at work, also allowing employers to correct preventive measures in order to prevent future accidents. The accidents that employers must notify the ACT are established in these practical guidelines, according to the general and sectoral legislation. This Guide also presents the approach to be adopted, regarding labour inspection, by professionals of ACT as well as the information available for the investigation of accidents at work and occupational diseases.

Serviços locais da ACT

[http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/SobreACT/Contactos/Paginas/default.aspx](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/SobreACT/Contactos/Paginas/default.aspx)

Modelo de comunicação de acidente de trabalho

[http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/CentroInformacao/Formularios/Paginas/default.aspx](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/CentroInformacao/Formularios/Paginas/default.aspx)

Modelo de participação obrigatória de doença profissional

http://www4.seg-social.pt/documents/10152/21729/GDP_13_DGSS